

ATA Nº9

Aos treze dias do mês de Novembro de dois mil e catorze, reuniu-se no Centro Bonny Stilwell, situado no Largo da Ajuda nº 18, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo nº 38º, alínea 1, do presente Estatuto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação do Plano de Ação e da Previsão Orçamental para o ano de 2015 -----

Ponto Dois – Proposta de admissão de passagem de associados apoiantes para associados efectivos ao abrigo do Artigo 14, Capítulo II dos Estatuto da APPACDM de Lisboa.

Presidiu à Assembleia o Presidente da Mesa, o associado Celso José das Neves Manata, estando também presente o Vice-presidente, associado Miguel D' Orey Soares Franco. Na impossibilidade de poder estar presente na Assembleia a Secretária, associada Maria Helena Andrade Colaço, o Presidente da Mesa pediu à associada Maria Isilda Marques que ocupasse o lugar desta, o que a referida sócia aceitou. Depois o Presidente da Mesa pôs a escolha à consideração da Assembleia, tendo-a esta aprovado pela totalidade dos sócios presentes. O Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, tendo a Mesa começado por verificar o Livro de Presenças. Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, a Mesa foi obrigada, conforme manda o artigo 43º, nº1 e 2 dos Estatutos, a suspender os trabalhos, sendo marcada o início da sessão para as vinte e uma horas. -----

À hora marcada o Sr. Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, estando presentes na sala vinte e cinco (25) sócios efectivos. -----

Conforme o artigo 42, nº2, dos Estatutos, a Convocatória da Assembleia Geral, foi publicada nos jornais diários «Diário de Notícias» e «Correio da Manhã» respetivamente do dia 30 de outubro de dois mil e catorze, tendo estes documentos ficado apensos a esta acta, com o nº 2 e 3, respectivamente. Ficam, também apensos a esta acta o Plano de Atividades e Orçamento para 2015 – com o nº 12 e a Convocatória da Assembleia com o nº 1. -----

De seguida o Presidente da Assembleia pôs à votação a Convocatória, contendo, como é habitual, a Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada pela totalidade dos sócios presentes. -----

Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia, sócio Celso Manata, informou esta de que, ultimamente, tem havido, por parte de alguns sócios, pedidos de alterações sistemáticas às atas. Mais informou a Assembleia de que é humanamente impossível, para quem faz as referidas atas, reproduzir integralmente o que acontece nas respectivas reuniões, a não ser que se recorresse à sua gravação em áudio, o que seria muito moroso e também dispendioso para a instituição pois teríamos de contratar alguém para fazer a transposição do registo áudio para o papel. Assim e não sendo esta opção justificada pediu aos associados que tivessem mais compreensão para com aqueles que elaboravam as atas. Na verdade nestas tem apenas de constar o que de mais importante aconteceu na reunião e de forma o mais sucinta possível---

De seguida e ainda a este propósito, informou a Assembleia de que tinha em seu poder várias propostas de alterações à acta N.º 8 de 19/06/2014 que não foram aceites pela Mesa. Procedeu-se à distribuição de cópias dessas propostas e em seguida, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos por 15 (quinze) minutos para que a Assembleia pudesse analisar as aludidas propostas e com vista a que, subsequentemente, pudesse votar em consciência, tomando uma decisão final sobre aquelas propostas.-----

Decorrido o período de tempo atrás indicado o Presidente e o Vice-presidente regressaram à sala e os trabalhos puderam então continuar.

Procedeu-se assim à votação, tendo a acta n.º 8, de 19 de Junho de 2014, sido aprovada por 24 votos a favor e uma abstenção. As propostas de alterações acima referidas ficaram apenas a esta ata, tendo-lhes sido atribuídos os números 4, 5, 6 e 7, respetivamente.-----

Seguidamente o Presidente da Mesa informou a Assembleia do falecimento da professora Maria Antónia Inso Antunes, uma das primeiras professoras de ensino especial que a Instituição teve, tendo desempenhado com grande dedicação todas as funções que lhe foram

confiadas. Pedia por esse motivo um minuto de silêncio em memória da referida professora. A assembleia aprovou, tendo sido feito então um minuto de silêncio. -----

-De imediato o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Direcção, para que este pudesse apresentar o Plano de Ação e da Previsão Orçamental para o ano de 2015.-----

O Presidente da Direcção, sócio Nuno Maria D' Orey Soares Franco, começou por dizer que quer o Plano, quer o Orçamento, foram elaborados tendo em conta que a Direcção termina o seu mandato para o ano, não querendo planear coisas que obrigassem depois a nova Direcção a ter que realizá-las, sem querer. Para o referido associado, quer o Plano, quer o Orçamento para 2015, não diferem muito do de 2014.-----

Assim, segundo o Presidente da Direcção, o «Plano Organizacional» está dividido em 5 partes: Primeira Parte “ Enquadramento”; Segunda Parte «Princípios Estruturantes da Acção, tendo em conta a Missão, a Visão, a Cooperação, a Inovação, a Confiança, a Valorização, o Respeito, o Desenvolvimento dos Colaboradores, a Participação, a Orientação Para o Cliente, a Melhoria Contínua, a Avaliação de Desempenho, os Indicadores do Desempenho e Eficácia, as Parcerias e a Qualidade de vida das Pessoas»; Terceira Parte «Prestação de Serviços», que foi organizada em linha com o Orçamento e se traduz na definição das horas trabalhadas distribuídas por 4 grandes grupos. Para isso, diz o Presidente da Direcção, contamos com 259 colaboradores e 5 voluntários, formando uma equipa multidisciplinar. Conta-se ainda com a taxa de participação real e desejável dos nossos clientes. Mais informou que os 261 clientes que diariamente são atendidos nas respostas de CAO e LAR têm atualmente uma média global de idades de 40 anos com graus de deficiência, segundo a Organização Mundial de Saúde, entre o profundo, o severo (em menor número) e o moderado. Em seguida o Presidente da Direcção passou a descrever as acções realizadas na Creche, Escola de Educação Especial, Centro de Recursos Paras a Inclusão, Actividades Ocupacionais, Lares Residências, Formação e Emprego, Empresas de Inserção, Transporte Adaptado e Transporte Inclusivo»; Quarta Parte «Objetivos Estratégicos – Sustentabilidade Financeira; Edificado e Dos Equipamentos; Qualidade dos Serviços Prestados;

Desenvolvimento e Qualificação dos Colaboradores; Comunicação Interna e Externa (onde, segundo o Senhor Presidente da Direcção irá ser outorgado um novo contrato, por concurso público, poupando assim algum dinheiro)» e, por fim, a Quinta parte - «Operacionalização de Objectivos Estratégicos – Seguidamente o Presidente da Direcção, apresentou o orçamento para o ano de 2015. Para o referido associado as receitas previstas para o ano de 2015, não serão muito diferentes do que aquelas que se verificaram em 2014. Garante que os únicos valores que podem ter uma certa oscilação são as vendas, mas mesmo essa alteração não será muito significativa. Mais informou que não vai admitir mais colaboradores e que muitos deles recebem o ordenado mínimo nacional. Mais disse que a Instituição tem um grau de absentismo muito elevado. As razões são as mais variadas para que isso aconteça. Os acordos estatais sofrem um aumento de 0,9%. Para concluir a apresentação do Orçamento para 2015 o Presidente da Direcção apresentou os valores da seguinte forma: Conta de Gastos cinco milhões duzentos e sessenta e oito mil e sessenta e nove euros e trinta e sete cêntimos (5.268.069,37€); Conta Rendimentos cinco milhões duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e trinta e um euros e trinta e sete cêntimos (5.245.231,37€), obtendo um Resultado Líquido negativo no valor de vinte e dois mil oitocentos e trinta e oito euros (- 22.838,00 €). -----

Finda a apresentação dos dois documentos que, como ficou consignado, estão apensos a esta acta com o N.º 12, o Presidente da Mesa da Assembleia pôs à discussão os documentos em causa. Houve então uma troca de opiniões, muito proveitosa, na área administrativa, entre o Presidente e Vice-presidente, da Direcção e os sócios Dr.º. Viriato Cruz e Joaquim da Silva Pedro.-----

O Vice-presidente da Direcção sócio João Dias informou a Assembleia de que amanhã, dia 14 de Novembro de 2014, vai sair no «Diário da República», nova legislação sobre as IPSS, responsabilizando as Direcções pela gestão das suas instituições. Assim, para aquelas gestões que são danosas, a Segurança Social poderá interferir na gestão dessas instituições, o que obriga as Direcções a terem mais cuidado nas medidas que tomam na área da administração e não só.--

Não havendo mais ninguém que quisesse falar o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, sócio Pavão Nunes, para que este apresentasse o parecer daquele Órgão Social.-----

O Presidente do Conselho Fiscal começou por dizer que durante o ano de 2014, houve uma maior proximidade entre a Direcção e o Órgão a que preside. Mais disse que o orçamento está muito bem equilibrado, mas o que o preocupa mais é o estado do património da Instituição. Segundo o Presidente do Conselho Fiscal, a Instituição deve refletir sobre esse assunto, para que se possa saber o que é que se vai fazer com os imóveis que temos. Acabou a sua intervenção, aconselhando a Assembleia a aprovar o orçamento.

O Presidente da Mesa, a propósito da intervenção do Presidente do Conselho Fiscal recordou a Assembleia da formação do « Grupo de Trabalho ». Segundo o Presidente a ideia do «Grupo de Trabalho » nasceu de uma reunião que os três Presidentes do Corpos Sociais (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Presidente da Direcção e Presidente do Conselho Fiscal) tiveram, na qual se concluiu pela necessidade de traçar linhas de orientação a longo prazo sobre a gestão do nosso património e, por outro lado, dar uma assessoria à Direcção sobre as decisões a tomar nesta matéria, permitindo ainda uma gestão mais apoiada e transparente da Direcção e uma atividade mais informada do Conselho Fiscal. Com a finalidade de discutir o regulamento desse grupo convocou-se uma Assembleia Extraordinária, que se realizou em 19 de Junho de 2014. No entanto nessa Assembleia aparecem duas propostas de regulamentação do Grupo, o que ninguém estava à espera. Assim o Presidente da Mesa pediu aos proponentes que chegassem a um acordo, no sentido de elaborarem apenas um, regulamento para a formação do grupo. Entretanto e para permitir que qualquer outro associado pudesse propor o seu próprio regulamento, foi dado um prazo para esse efeito, que terminou no fim de Setembro de 2014. Posteriormente o sócio Patrício Viriato da Cruz apresentou um projecto de Regulamento que fundia as duas propostas anteriormente apresentadas. Finalmente o Presidente da Mesa divulgou o aludido projecto pelos associados que tinham ficado encarregues de o elaborar (Associados Margarida Paz, João Pavão Nunes, Mário Matos, Patrício Viriato Cruz e João Dias), bem como pelo Presidente da Direcção, no sentido de, em prazo fixado, informarem se tinham alguma objecção ao aludido projeto de

regulamento, devendo ainda informar caso entendessem que já não era necessário criar o aludido Grupo de Trabalho. Uma vez que nada foi comunicado ao Presidente da Mesa e dado que nenhum outro associado apresentou qualquer proposta de regulamento, estão reunidas as condições necessárias para agendar a discussão da criação do grupo de trabalho, bem como o Regulamento respectivo. De qualquer forma o Presidente da Mesa pediu novamente à Direção que refletisse e pronunciasse sobre a criação do «Grupo de Trabalho», pois para ele, a opinião da Direção é muito importante, pois é a que maior peso tem neste contexto. Assim e logo que a Direção diga alguma coisa, no sentido de se organizar o «Grupo de Trabalho », pois segundo a sua opinião era importante que houvesse este grupo, o Presidente da Mesa marcará uma Assembleia Extraordinária, para se discutir o regulamento e a organização do « Grupo de Trabalho ». Finalmente, o Presidente da Mesa referiu ainda que este assunto tem de, logicamente, ficar decidido antes de se passar à discussão sobre o destino do património imobiliário da Instituição.-----

O Presidente do Conselho Fiscal pediu a palavra para dizer que estava deveras preocupado com o património da Instituição. Segundo ele é negativo manter um património que não vale muito, não havendo dinheiro para o recuperar e que se está a deteriorar e a perder valor. Concluiu afirmando que se tem de fazer alguma coisa: Há que se discutir o assunto e arranjar uma solução para o caso. -----

Posto isto, o Presidente da Mesa pôs à votação os dois documentos, tendo sido aprovados pela totalidade dos sócios. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa deu início ao segundo ponto da Ordem de trabalhos, lendo a proposta da Direção em que esta propunha a passagem de associados apoiantes para associados efectivos das seguintes associadas: Sandra Rafael da Silva Lopes Leal, sócia N°. 3980; Maria Isabel Macedo Da Silva Bento, sócia N°. 4046; Andréa Rute Ferreira da Costa Porto, sócia N° 4127; Iolanda dos Santos Pereira Furtado, sócia N°. 4235. A seguir foi dada a palavra ao Presidente da Direção que explicou que a Direcção baseava o seu pedido pela forma como todas estas trabalhadoras têm desempenhado as suas funções enquanto responsáveis de estruturas e serviços. Os documentos das associadas ficaram apenso a esta

acta com os N^os. 8,9, 10 e 11, respetivamente. Após aberto um período para discussão as propostas foram colocadas à votação individualmente, tendo todas sido aprovadas pela totalidade dos associados presentes.-----

Não havendo mais nenhum associado que pretendesse usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo-se lavrado a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Membros da Mesa presentes. -----